



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

2ª Sessão Plenário Virtual Extraordinária – 15.12.2022

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01073/2020-15

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Requerente: Daniel Lúcio da Silveira

Advogado: Paulo César Rodrigues de Faria – OAB/GO nº 57.637 e OAB/DF nº 64.817

Requerido: Ministério Público Federal

Interessada: Monique Cheker de Souza

Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Município de Petrópolis. Inquérito Civil n. 1.30.007.000112/2020-68. Suposto ato de improbidade administrativa praticado por Deputado Federal noticiado em matéria jornalística. Ausência de justa causa. Pedido de liminar.

Presidente da Sessão: Antônio Augusto Brandão de Aras

**Decisão:** O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator.

Daniela Nunes Faria Teixeira  
Secretária Processual